

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E REALIDADE BRASILEIRA  
ATRAVÉS DE SEUS PENSADORES

MELISSA DA LUZ DOMINGOS

ENTRE O ABANDONO E O ESQUECIMENTO: REGISTROS HISTÓRICOS  
DE PRÁTICAS COTIDIANAS DA ESCRAVIDÃO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA  
(1876 – 1889)

MATINHOS

2019

MELISSA DA LUZ DOMINGOS

ENTRE O ABANDONO E O ESQUECIMENTO: REGISTROS HISTÓRICOS  
DEPRÁTICAS COTIDIANAS DA ESCRAVIDÃO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA  
(1876 – 1889)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de especialista no curso de Educação do Campo e Realidade Brasileira através de seus pensadores, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Roberto G. Barbosa.

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **MELISSA DA LUZ DOMINGOS** intitulada: **Entre o Abandono e o Esquecimento: Registros Históricos de Práticas Cotidianas da Escravidão no Município de Antonina (1876-1889)**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 28 de Novembro de 2019.

  
ROBERTO GONÇALVES BARBOSA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
DEBORA KAULE MORAIS

Avaliador Interno (Universidade Federal do Paraná)

  
EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma análise-descrição de documentos históricos primários, especificamente registros escritos de atas oficiais de pagamento de empréstimos remunerados de escravizados realizados pela Prefeitura do município de Antonina, litoral do Paraná entre os anos de 1876-1889. Para fundamentá-lo realizamos uma discussão do processo histórico escravagista no Brasil e no Paraná, como também da presença negra no município de Antonina. Os dados nos permitiu inferir que a) a população antoninense teve sua formação estruturada também na presença de pessoas negras escravizadas desde a sua gênese, b) que a influência dessas pessoas está em diferentes seguimentos da sociedade, no desenvolvimento da cultura local e no cotidiano atual inclusive na economia e c) que apesar da maior parcela da população se autodeclarar branca, a ancestralidade da população residente no território antoninense é notadamente de origem negra.

**Palavras-chave:** Documentos Históricos. Análise documental. Escravidão em Antonina.

## Resumen

Este trabajo de investigación es el resultado de un análisis-descripción de documentos históricos primarios, específicamente registros escritos de actas oficiales de pago de préstamos remunerados para personas esclavizadas realizadas por el Municipio de Antonina, costa de Paraná, entre los años 1876-1882. Para apoyar el trabajo, discutimos el proceso histórico de la esclavitud en Brasil y Paraná, así como la presencia negra en el municipio de Antonina. Los datos nos permitieron inferir que a) la población de Antonina tenía su formación estructurada también en presencia de una base que incluía a personas negras esclavizadas desde su génesis que b) la influencia de estas personas está en diferentes segmentos de la sociedad, en el desarrollo de la cultura local y de la vida cotidiana actual, incluso en la economía, c) y que a pesar de que la mayoría de la población se declara blanca, la ascendencia de la población que reside en el territorio de Antonina es notablemente de origen negro.

**Palavras clave:** Documentos históricos. Análisis de documentos. La esclavitud en Antonina.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 PRESENÇA NEGRA NA FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO ANTONINENSE .....</b>	<b>7</b>
<b>3 DOCUMENTOS HISTÓRICOS: PRÁTICAS COTIDIANAS DA ESCRAVIDÃO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA.....</b>	<b>12</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os documentos históricos são peças chaves para entendermos e conhecermos o passado e sua dinâmica. Um passado que não tem caráter estático e muito menos de fácil interpretação. Cada esfera do complexo sistema em que se dão todos os aspectos materiais e imateriais de uma sociedade pode ser interpretada através de ferramentas que nos possibilitam explicar seu funcionamento. Jacques Le Goff (2003) afirma que ao se recorrer a esse ou aquele documento é, por si só uma escolha daquele que está analisar o passado, enquanto a disponibilidade desse documento,

Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo, deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem na lembrança através das gerações. (BLOCH, 2002, p. 83)

Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar uma análise inicial (descrição) de documentos históricos, particularmente atas de empréstimos de escravizados para a realização de reparos em obras públicas e uma carta de negação de alforria. Esses documentos compreendem os anos de 1876 a 1889. Essa documentação contém informações que ajudam a conhecer e entender a dinâmica da escravidão nesse município, pois um “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”(LE GOFF, 2003, p. 536) e em relação a números pode auxiliar na compreensão da dimensão que a escravidão ocupava em Antonina, dados que se perdem ao passar do tempo e que devem ser resgatados e registrados com um olhar mais atento. Entretanto esse descaso se transforma em uma outra demonstração de que essa parcela da história está propositalmente inviabilizada. Tais documentos estavam depositadas em caixas na Secretaria de Cultura do município, sem um tratamento diferenciado ou o mínimo necessário para a sua conservação.

A estrutura desse artigo se apresenta da seguinte forma: no capítulo 2 será traçada uma visão sobre a história do município de Antonina, levando em consideração de que para se compreender as relações que se mantêm dentro de

um determinado território é preciso que nos situemos tanto o espaço geográfico quanto no tempo. Em um terceiro capítulo são apresentados os documentos que retratam um pedaço do que foi a escravidão nesse município e como registros históricos podem explicitar práticas que foram, propositadamente ou não, esquecidas, veladas ou mesmo desprezadas dentro da história dessa região.

## **2 PRESENÇA NEGRA NA FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO ANTONINENSE**

Cada lugar carrega em si particularidades que influenciam a construção das relações sociais que formam o território, onde o “espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente.” (SANTOS, 2008, p. 80). E assim, por ser agregador de diferentes faces da formação de uma cultura, ao tratar de um determinado território deve-se levar em consideração que ele

[...] é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala de território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando de um território usado, utilizado por uma dada população. Uma faz o outro, a maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda. (SANTOS, 2008, p. 96)

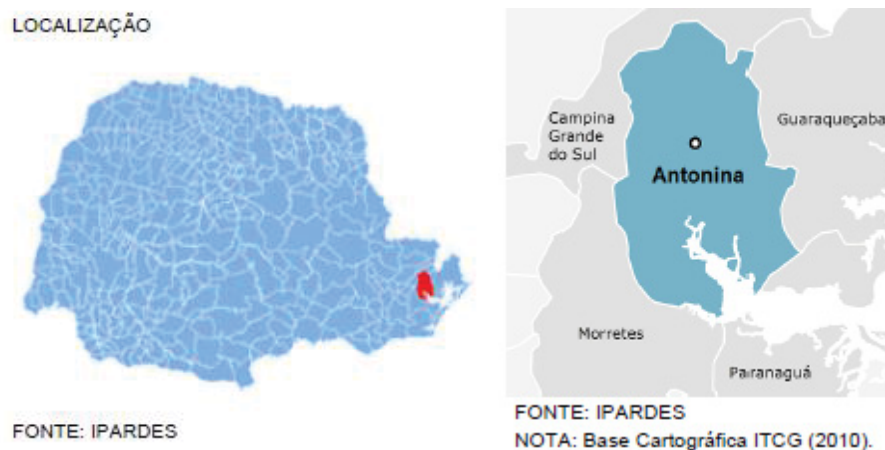
Por isso, a importância de conhecermos o território de onde a complexa teia de relações sociais se dá através da história de cada lugar. Não há história de um povo que não esteja ligada ao seu território. Nesse sentido, um território e sua população se formam através do percurso da história e das relações nele estabelecidas. Assim, também aconteceu com a formação da população que povoa o território que recebe o nome de Antonina. Esse é um município do litoral do estado do Paraná, região sul do país que atualmente segundo o caderno estatístico do IPARDES- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2018), o município possui uma população estimada de 19.011 habitantes, deste total há 16.063 vivem em perímetro urbano e 2.828 vivem no campo, em uma extensão territorial de 876,551km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 21,69 hab/km<sup>2</sup>. A grande parcela da população se autodeclara branca, 12.468 pessoas, seguida por 6.221 negros, entre eles pretos e pardos, 178 amarelos e 74 indígenas. Os dados

econômicos apresentados pelo IPARDES, apontam que a principal ocupação da população em atividades profissionais está vinculada ao terceiro setor, principalmente na administração pública.

Entretanto, mais do que ter conhecimento a respeito dos dados estatísticos da população, é essencial conhecer a sua história para compreender a sua realidade. Nesse sentido, a história da formação tanto das fronteiras geográficas quanto da população antoninense, apresenta características parecidas com as de muitas outras cidades brasileiras que apresentam uma diversidade étnica em sua formação. A mistura é característica principal dessa população como aconteceu quase que em todo o território nacional em relação à história da formação da população brasileira, como afirma Darcy Ribeiro (2015), o povo brasileiro é o resultado do conflito e reconstrução de costumes que criou o brasileiro, fruto da unificação dos indígenas já ocupantes do território, europeus e dos negros trazidos dos vários territórios do continente africano.

Embora muito materiais nos mostram de forma idílica que essa unificação dos povos resultou em um “homem cordial”, conceito utilizado por Sérgio Buarque de Holanda (1995) o qual se refere ao brasileiro como um ser afável, o que mascara todo o conflito vinculado ao choque de culturas forçosamente instaurado pelos colonizadores. Em oposição a essa visão romântica da formação do povo brasileiro Ribeiro (2015, p.18) afirma que o Brasil é constituído por uma “sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis” tal qual a formação populacional do município de Antonina que em razão da sua localização geográfica, na costa próxima à baía de Paranaguá, como se pode observar na figura 1, favoreceu também a chegada compulsória dos povos africanos durante os séculos XVII e XVIII.

FIGURA 1: Mapa do município de Antonina-PR



Segundo os vestígios arqueológicos encontrados até então, os povos mais antigos que estiveram no território que hoje é Antonina e que se tem registro foram os Sambaquibas, povo tribal nômade de matriz étnica Tupi-Guarani. Segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) “Existem evidências de dois grupamentos distintos que frequentava essa região: os primeiros, denominados ‘sambaquis’ e posteriormente os índios Carijós”. Já no século XVII, a colonização portuguesa já adentrava as capitânicas e se alastrava pelo interior do território brasileiro, a fim de ocupar, produzir, povoar e, principalmente, para afirmar sua soberania ameaçada por colonizadores de outras nacionalidades, como franceses e holandeses.

Nesse projeto colonizador rumo à ocupação e dominação do vasto território brasileiro em busca de riquezas naturais passíveis de exploração, os portugueses ocuparam o território que hoje é o município de Paranaguá e seguiram também à uma terra continental localizada próxima à Paranaguá, que viria a compor, posteriormente, a Vila Capela, recebendo esse nome pela construção da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em 1714, com mão de obra escravizada, já que os colonizadores, principalmente os de maior poder e riqueza carregavam consigo seus trabalhadores escravizados, negros/as trazidos/as do continente africano para o Brasil desde o século XVI.

Tal como ocorreu praticamente em todo o território brasileiro, as pessoas escravizadas vieram de diferentes partes do continente africano de forma legal e ilícita também pela baía de Paranaguá até o começo do século XIX. O comércio ilegal de escravos era comum, mas seus registros históricos são escassos.

Principalmente quando se trata da região do litoral do Paraná. Segundo José Augusto Leandro (2002) as fontes documentais apontam que no litoral paranaense, em 1854 do total das pessoas livres nesse período 46,3% era de negros, a soma dos pardos e pretos, demonstrando que a população negra da época era muito grande para ser um crescimento natural e não introduzido. Alguns estudos como os de Horácio Gutiérrez, que ao relacionar as propriedades de terras e escravidão na formação da estrutura social e econômica do litoral Paraná traz importantes dados sobre a população dessa região, no século XIX. Seus estudos a partir do litoral paranaense apontam que o Paraná “foi uma sociedade escravista/escravagista, e sua correlação com a propriedade da terra e os usos que a ela foram dados assim o demonstra.” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 120).

No Paraná já existe uma vasta bibliografia histórica se referindo a presença negra no município de Antonina. Segundo Freitas (2003, p. 10), se compararmos

[...]Antonina a outras localidades do Paraná, percebe-se um peso maior de escravos na população. Uma explicação para isso pode ser dada pelo grande número de engenhocas de aguardente e arroz existentes na região. Porém, a medida que avança o século XIX, percebe-se uma queda na porcentagem de escravos na população de Antonina. Isso talvez possa ser explicado pelo tráfico interno. Horácio Gutiérrez, a partir de um levantamento feito em listas nominativas de habitantes e mapas de habitante percebeu que 21,2% dos escravos do Paraná residiam em Antonina.

No contexto social brasileiro existem muitos caminhos que apontam que a sobreposição dos brancos sobre os negros através da história foi resultado de um processo que se desenvolve ainda hoje, em que os discursos, geralmente tentam justificar a inferioridade de certos grupos humanos. Nesse sistema-mundo que é baseado nas desigualdades, na exploração do trabalho e nas hierarquias sociais tende a reproduzir as diferentes desigualdades para manter-se. Ninguém escapa a essa hierarquização de classe, sexual, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais. Essa desigualdade entre etnias acontece fortemente no Brasil, onde a cor prevalece, muitas vezes, sobre outros aspectos e dita quais indivíduos e populações devem prosperar. “O Brasil é um país estruturalmente desigual.” (CORRÊA, 2006, p.359). Assim, pode-se dizer que durante longa história brasileira foram se desenvolvendo diferenciações entre as pessoas. Temos, por exemplo, o longo processo de escravização criminosa dos povos africanos, expressão utilizada

por Junior Cunha(2010), até o século XIX, pelo menos oficialmente, marcou profundamente a sociedade brasileira e deixou um legado para o povo negro afrodescendente do país, que se manifestou e ainda se manifesta através do racismo, do colonialismo e da expropriação. Segundo Scherer-Warren (2010),

[...] enquanto imigrantes europeus tiveram terras, mercados para seus produtos, trabalho e acolhimento, nos primórdios da colonização, estendendo-se em muitos casos à contemporaneidade, negros, indígenas e seus descendentes não tiveram nem terra, nem possibilidade concreta de trabalho livre e, menos ainda, reconhecimento social e político, com implicações na autoestima.

Uma maior parte da população atual que ainda sofre duramente as consequências desse processo de racialização dos povos, onde racializar é “pôr a ideia de raça em ação, estabelecer distinções a partir de concepções de raça” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 93) e que foi criada para justificar a exploração de um povo por outro, principalmente em relação à exploração de não europeus por europeus no decorrer do imperialismo e das colonizações é essa população negra e, especialmente, mas não somente, no Brasil.

Na história brasileira houve tentativas de branqueamento da população brasileira, como afirma Munanga (2004), onde a ideia sempre foi propor alternativas para resolver a problemática da mestiçagem que de certa forma recebeu valor negativo por justamente conter o fator negro. Essa parcela negra que faz parte da constituição dos brasileiros/as seria a causadora dos problemas do país. O que tem grande impacto hoje no nível de autoestima da população negra que não se reconhecesse como tal, utilizando-se de mecanismos que ocultem a sua negritude, como por exemplo, a de usar outras formas de se autodeclarar como a de outras nomenclaturas, como morena. Essa é uma demonstração de como a negritude não é motivo de orgulho e nem de reconhecimento da população afrodescendente nessa escola, que está inserida em um contexto maior em um país em que “o ardil da democracia racial fictícia, cuja a função é aprisionar o negro dentro de paradoxos que conduzem a negação de si próprio, constrangê-lo a ver-se como ele pensa que é visto pelos brancos” (FERNANDES, 2017, p.45). E uma sociedade euro e etnocêntrica pautada na racialização dos povos para inferiorizá-los, tem nessas demonstrações que alcançou seus objetivos.

No seu pensamento, Silvio Romero coloca a crucial questão de saber se a população brasileira, oriunda do cruzamento entre as três raças<sup>1</sup> (branca, negra e índia) tão distintas, poderia fornecer ao País uma feição própria, original. Acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, que resultaria da mestiçagem entre essas três raças e cujo o processo de formação estava ainda em curso. Mas, desse processo de mestiçagem, do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos (MUNANGA, 2004, p. 55)

Assim, aconteceu e ainda acontece “em todo o Brasil, uma expectativa assimilacionista, que leva os brasileiros a supor e desejar que os negros desapareçam pela branquização progressiva (RIBEIRO, 2015, p. 206). E, para forçar e reforçar esse processo de branqueamento da população brasileira foram realizados vários esforços como a criação de políticas de incentivo à vinda e permanência de imigrantes europeus no Brasil, intensificada de tempos em tempos, como a onda de imigração europeia do final do século XIX e início do século XX, que trouxe consigo pessoas brancas de inúmeras nacionalidades como: portugueses, alemães, italianos, eslavos, espanhóis, japoneses, entre outras. “O contingente imigratório europeu integrado na população brasileira é avaliado em 5 milhões de pessoas, quatro quintas partes das quais entraram no país no último século” (RIBEIRO, 2015, p. 221). E, nessa tentativa de eliminar o povo negro, a história da formação é retratada como branca e desprezada sua parte negra.

### **3 DOCUMENTOS HISTÓRICOS: PRÁTICAS COTIDIANAS DA ESCRAVIDÃO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA**

A escravidão no Brasil envolveu práticas que nos demonstram que a dinâmica entre os diferentes componentes sociais era bem mais complexa do que se possa deduzir.

---

<sup>1</sup> O termo raça caiu em desuso para diferenciar em negros, índios e brancos, pois a compreensão é de que só existe uma raça: a humana e, serviu para justificar a exploração e inferiorização dos povos. Segundo Francisco (2018, p. 105), o conceito de raça “serve na atualidade assim como no passado como um instrumento de violências baseado na superioridade intelectual e física do povo branco em detrimento dos povos negros, indígenas, asiáticos que sofreram espoliações, roubos, estupros por meio da colonização.”

Os documentos oficiais nos permitem explicitar o registro do cotidiano das repartições públicas e de outras tantas práticas comuns à determinado período histórico. Apesar desses documentos possuírem objetividade, eles nos possibilitam olhar para o momento histórico em que foi produzido e ver o que se passava na vida das pessoas.

Demonstrando as práticas diárias de dinâmica do poder público municipal de Antonina também em relação à escravidão. Os documentos aqui citados são oficiais e que retratam as práticas, que se demonstraram bem comuns, referentes aos empréstimos de escravizados para a realização de obras públicas, todos partem da Câmara Municipal da cidade de Antonina, a qual realiza todos os pagamentos. Esses escritos também trazem as informações sobre valor e o período do empréstimo, variando de um dia chegando a um mês, tanto quanto a referência ao trabalhador escravizado com muitas vezes aparecendo o seu nome, sempre homens, e ao seu senhor/senhora a qual pertencia, como pode-se observar na figura 2. Por ser documentos oficiais, os referidos registros escritos continham o nome da pessoa que o havia escrito e a data de quando fora redigido, que variam do mês de abril do ano de 1876 até o ano de 1882.

**Quadro 1- Ata de empréstimos de escravizados (1876-1882)<sup>2</sup>**

<b>Data</b>	<b>Documento de origem</b>	<b>Informações: nomes citados, cargos, serviços prestados pelos escravizados.</b>
03 de abril de 1876	Livro Ata de registro de pagamentos da Câmara Municipal da cidade de Antonina-PR	Ignacia Maria Ferreira (proprietária de escravizados) e Jose de Mello (assinando pela proprietária), Cezario (trabalhador escravizado)
14 de abril de 1876		Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), manutenção da iluminação pública (ascender os lampiões).
18 de abril de 1876		Maria Porcina Pereira (dona

<sup>2</sup>Esses documentos acima citados na tabela não se tratam de todos os que estão disponíveis na Secretaria Municipal de Cultura de Antonina. Aqui estão apenas alguns exemplos deles, principalmente porque o presente estudo não tem o objetivo de tratar profundamente desses documentos e sim de apenas apresentá-los e explicitar a existência dos mesmos.

		de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), manutenção da iluminação pública acender os lampiões.
24 de abril de 1876	Livro Ata de registro de pagamentos da Câmara Municipal da cidade de Antonina-PR	João (sobrenome não identificado) e Silva (fiscal), Jose Carneiro (dono de escravizado), Anto Pereira (Escravizado), Jose (escravizado), Retificação de calçada.
19 de outubro de 1876		João (sobrenome não identificado) e Silva (fiscal), Jose Balduino Lopes (dono do escravizado), Sebastiao (trabalhador escravizado), reabastecer água durante o primeiro dia de eleição.
24 de outubro de 1876	Livro Ata de registro de pagamentos da Câmara Municipal da cidade de Antonina-PR	Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado),
16 de dezembro de 1876		João (sobrenome não identificado) e Silva (fiscal), Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), manutenção da
27 de dezembro de 1876		iluminação pública.
13 de agosto de 1877		Bernardino P. de Castro (fiscal), Ignacia Maria Ferreira (proprietária de escravizados), Cesario e Americo (trabalhadores escravizados), não consta o serviço prestado.
26 de janeiro de 1878	Livro Ata de registro de pagamentos da Câmara	João Vianna (fiscal), Jose (trabalhador escravizado), trabalho em obras públicas.
		Bento Alves da Conceição (fiscal), Maria Porcina Pereira

	Municipal da cidade de Antonina-PR	(dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), obra realizada não identificada.
04 de fevereiro de 1878		Bernardino P. Castro (fiscal), Francisco Ribeiro (proprietário do escravizado), Fernando (trabalhador escravizado), manutenção da iluminação pública (produção de poste).
30 de abril de 1880		Bento Alves da Conceição (fiscal), Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), obra realizada não identificada.
31 de maio de 1880		Manoel (trabalhador escravizado), assinaturas do proprietário do trabalhador e do fiscal ilegíveis, limpeza de rua.
08 de junho de 1880		João da Costa e Silva (fiscal), Jo Dias Barbosa (proprietário do escravizado), Philippe (trabalhador escravizado), trabalho nas ruas da cidade.
08 de agosto de 1880	Livro Ata de registro de pagamentos da Câmara Municipal da cidade de Antonina-PR	João (sobrenome não identificado) e Silva (fiscal), Afonso da Costa Pinto (dono de escravizados), Pedro Amado (escravizado), conserto de bueiro.
10 de maio de 1881		Vicente (fiscal), Manoel José de Faria (proprietário de escravizados), Porfirio (trabalhador escravizado).
31 de agosto de 1881		Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), obras nas ruas.
31 de março de 1882		Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), manutenção da iluminação pública.
01 de dezembro de 1882		Maria Porcina Pereira (dona de escravizado), Thomaz (trabalhador escravizado), serviço público.

**Figura 2: Registro (recibo) de pagamento de empréstimo de trabalhador escravizado**

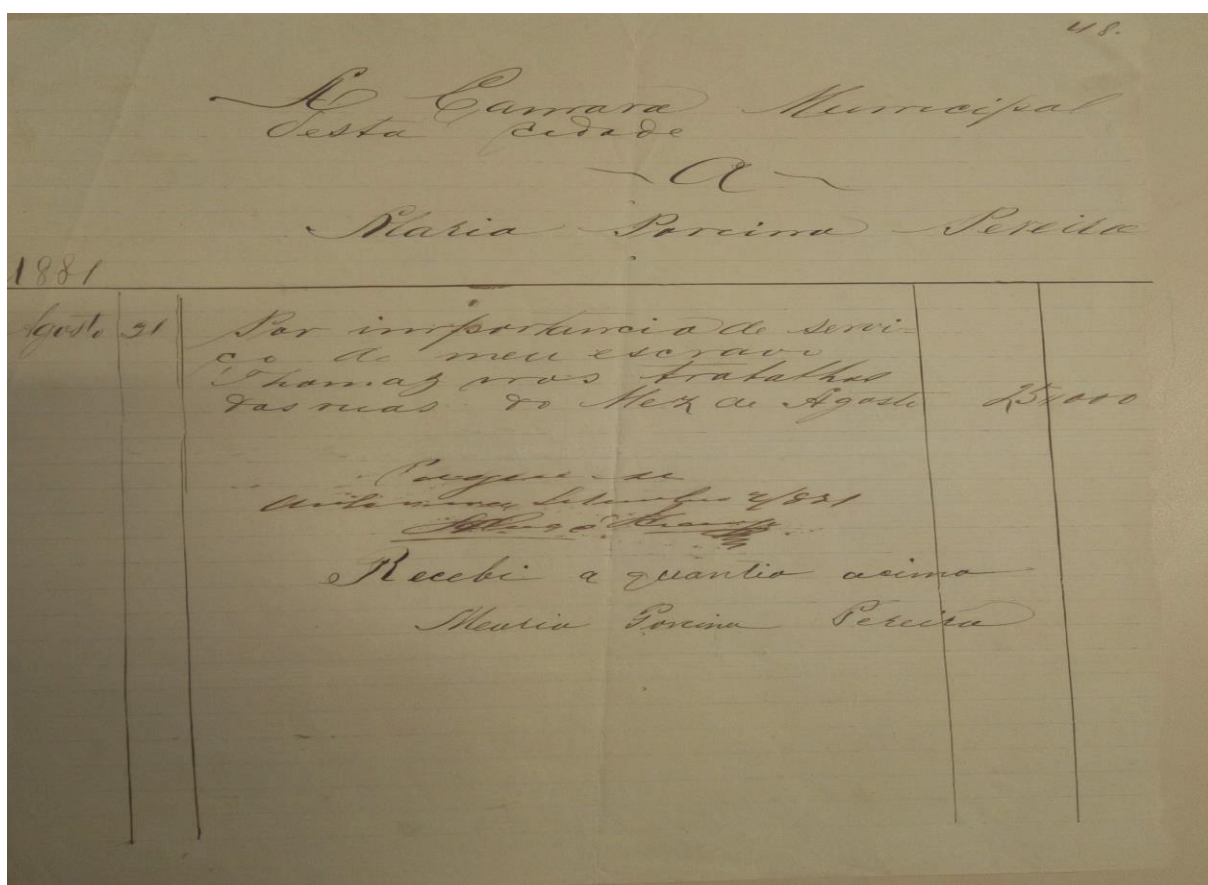


Foto 1: Acervo pessoal

No documento acima utilizado como exemplo pode-se observar algumas informações como data do recebimento, valor, assim como a assinatura da pessoa que estaria a receber o pagamento e do que estava a realizá-lo, neste pode-se ler na página numerada com o número 48 seguido de ponto:

A Câmara Municipal desta cidade a Maria Porcina Pereira deve  
 Por importância de serviço de meu escravo Thomaz mas trabalho nas ruas  
 no mez de Agosto 25,000  
 Paga se  
 Antonina, setembro (palavra não identificada)  
 Assinaturas  
 Recebi a quantia acima  
 Maria Porcina Pereira

Além dos vários recibos de empréstimos de escravizados, outros documentos foram encontrados em meio aos vários registros guardados na



FIGURA 4: Registro paroquial de batismo reescrito.

Doc. 1115

Eu Angelo de Deo Vigario da Cidade de Antônia  
 minha Certificação que revendo um dos livros  
 findos de batismo da Parochia de Nossa  
 Senhora do Pilar de Antônia a fl. n.º  
 16 achei o assento do teor seguinte:

Aprigio  
 Perano  
 Aquino Cavareto

„ Aos vinte e oito de Março de mil oitocentos  
 setenta e cinco nesta Igreja Matriz de Nossa  
 Senhora do Pilar da Cidade de Antônia  
 „ baptizei e pur os santos Oleos a Aprigio  
 „ nascido a tres de Janeiro do anno passa-  
 „ do, filho legitimo de Bernardino Cavareto  
 „ do Cosario e Cheolinda Maria de Jesus.  
 „ Padrinhos Capitão Praxedes Goncalves  
 „ Pereira e Paula escrava de Maria Ferraz  
 „ da Silva, todos desta Parochia, do que  
 „ faco este assento.  
 „ O Vigario Manuel José de Souza.  
 „ Nada mais se continha no dito assen-  
 „ to do que por ser verdade dou a presen-  
 „ te certidão.

Antônia 17 de Abril de 1898  
 O Vigario Angelo de Deo

Foto 3: Acervo pessoal

Dada a extinção oficial do trabalho escravo no Brasil ao dia 13 de maio de 1888, em termos de lei, a Prefeitura de Antonina redige um documento (figura 5), datado de 16 de maio de 1888, que sinaliza um marco para a história da cidade, mas que é apenas um exemplo do que estava a acontecer em todo o território nacional. Assim, a Câmara Municipal da cidade de Antonina e seu presidente declaram a escravidão oficialmente extinta no município.

**FIGURA 5: documento de extinção oficial da escravidão no município de Antonina**

Livro de Ophias - Antonina 16 de Maio de  
 1888.

O Sr. Juiz

Tendo este Juiz de Direito em  
 18 de corrente, ao meio dia, na casa es-  
 cular, para uma audiência extraordinária  
 e fim de ser oficialmente declarada a  
 extinção da escravidão no município, e  
 almejavando a esta glória de tão momen-  
 toso facto, sempre me comunicar a  
 V. Sa. para fazerem representações nessa audien-  
 cia, a illustre exposição, da qual V. Sa.  
 são dignos membros.

Deus Guarde a V. Sa.

O Sr. Juiz de Direito e mais membros da Cam.  
 Municipal desta Cidade.

H. João Cassol.

Foto 4: Acervo pessoal

A partir dos documentos descritos pode-se observar que em grande parte das práticas de reparação de espaços públicos e prestação dos mais variados serviços dentre os anos relacionados nessa pesquisa, eram realizados por mão-de-obra escravizada e que a remuneração por esses trabalhos eram pagos diretamente ao senhor(a). Essa mão-de-obra utilizada, em alguns casos, pode ser uma indicação de que a construção da cidade e sua manutenção passou por mãos negras, o que indicaria também a existência de uma parte da história desse município que não aparece na sua história oficial.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia da formação da população da cidade de Antonina pouco falada existência dos nossos ancestrais negros. Porém, recentemente tem-se realizado estudos voltados à temática, o que é um avanço no assunto. Todo esse processo de invisibilidade das contribuições da população negra na história da formação da população e cultura do município de Antonina, também se repete quando nos referimos a toda a história do Brasil. Diante disso, tem-se a importância de que as pessoas conheçam a sua história para reconhecer o povo negro também como “fornecedor das bases culturais e técnicas para a emergência do que hoje chamamos de nação brasileira.” (CUNHA, 2012, p. 3)

Com efeito, um sistema educacional que realmente pretende fornecer as bases para esse desenvolvimento precisa possibilitar aos seus estudantes o conhecimento do seu próprio povo, sob pena de não gerar nesses estudantes autoestima suficiente para fortalece-los perante os desafios da vida, para a concretização dos empreendimentos para o desenvolvimento social. (CUNHA, 2012, p. 3)

Nesse sentido, se faz cada vez mais necessário que os espaços tanto formais quanto informais de formação dos cidadãos se trabalhem as questões étnico-raciais com seriedade e conhecimento. Assim como o tratamento do que fora deixado como fontes histórica da formação do povo brasileiro e, a exemplo da cidade de Antonina, pode e deve ser analisado, especialmente na parcela da história dos negros comumente invisibilizada.

Os dados percebidos através da documentação pesquisada apontam para algumas possíveis hipóteses da dinâmica social da população em Antonina: primeira que, a população antoninense teve sua formação estruturada também na presença de uma base que incluía pessoas negras escravizadas desde a sua gênese. Em segundo que, a influência dessas pessoas está em diferentes seguimentos da sociedade, no desenvolvimento da cultura local e do cotidiano atual inclusive na economia. E, em terceiro lugar, embora não menos importante, que apesar da maior parcela da população se autodeclarar branca, a ancestralidade da população

residente em todo o território antoninense, entre outras, é notadamente de origem negra africana e afro-brasileira.

Fontes como estas que nos ajudam a constatar a reprodução do sistema econômico da época, mas, que não demonstra de maneira satisfatória a realidade dos negros e negras no litoral paranaense o que oculta fatos históricos relevantes para compreensão do processo de formação dessa região do Brasil. A ideia que ainda temos da complexidade de relações estabelecidas entre escravizados e o restante da população, principalmente com os senhores de escravos ainda é simples, principalmente pela lacuna de estudos mais aprofundados sobre o tema no âmbito do município de Antonina, pois ainda temos muito a conhecer de modo a

[...] ultrapassar a dicotomia entre paternalismo e violência, passar a notar como a relação senhor-escravo construía-se cotidianamente como uma relação pessoal de dominação onde encontravam-se presentes confrontos, resistências e acomodações, solidariedades e várias tensões (FREITAS, 2000, p. 34).

Essa falta de conhecimento nos leva a criação de inverdades e ideias como a impressão de que não houve contribuição dos africanos e afro-brasileiros na história desse município. Assim, ainda se faz necessário que se faça mais indagações a esses documentos para que se possa fazer interpretações e análises mais profundas e detalhadas para entender e conhecer a complexidade das relações e dinâmica da escravidão dentro dessa parcela da história que reflete em quem somos e como nos vemos como população antoninense. A presente pesquisa não alcançou esse objetivo, visto que ainda é um estudo preliminar apenas de categorização e primeiro contato e análise sobre o cotidiano da escravidão em Antonina, mas que de alguma forma abre novas possíveis perspectivas sobre a história desse município. Esses documentos são de grande importância e, por isso, devem ser tratados com maior atenção e possivelmente serem melhor analisados em pesquisas posteriores.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317/273>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BLOCH, March. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Pdf. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologiadahistc3b3ria.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CUNHA, Lázaro. **Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal**. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/up-content/uploads/2012/11/contribuicaodospovosafricanos.pdf&ved=2ahUKEwjsyleWiu3eAhUj5AKHc3MDI8QFjAAegQIAxAB&usq=AOvVaw2ouwT3RBAh4V4oBe0\\_pCex&cshid=1543064611760](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/up-content/uploads/2012/11/contribuicaodospovosafricanos.pdf&ved=2ahUKEwjsyleWiu3eAhUj5AKHc3MDI8QFjAAegQIAxAB&usq=AOvVaw2ouwT3RBAh4V4oBe0_pCex&cshid=1543064611760). Acesso em: 24 nov. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FRANCISCO, Mônica da Silva. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. In: **Ensaio Filosófico**, Volume XVIII – Dezembro/2018, p. 97-109. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo18/07 FRANCISCO Ensaio Filosófico volume XVIII.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

FREITAS, Silvia Correia. **Entre a resistência e o acomodamento, a dinâmica do possível: o cotidiano dos escravos em Antonina (1859-1870)**. Monografia (graduação em História). 63 p. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/18073/11777>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FREITAS, Silvia Correia. **Tecendo laços: as práticas comunitárias dos escravos em Antonina – PR (1840-1870)**. Dissertação (mestrado). 147 p. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86531>. Acesso em: 30 mai.2017.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. A Carta de Alforria na conquista da liberdade. Ide (São Paulo) [online]. 2010, vol. 33, n. 50, pp.114-125. ISSN 0101-3106. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ide/v33n50/v33n50a13.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-9074200600100005&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-9074200600100005&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 18 nov. 2018.

IBGE. **Antonina: Histórico**.2017.Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/antonina/historico>. Acesso em: 08 dez. 2018.

IPARDES. **Caderno Estatístico: Município de Antonina**. Dezembro/2018. Disponível em: [www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83370&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83370&btOk=ok). Acesso em: 08 dez. 2018.

LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. **Esboços**: histórias em contextos globais. v. 10, n. 10. 2002. Disponível em: <http://periódicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/390/9856>. Acesso em: 30 mai. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 1. ed. 15ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2008.